

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 102.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 11 de Junho de 1973
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Sebastião Rodrigues Júnior e Basílio Zanusso.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiti Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiêlse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

Discussão única — da Proposição n.º 137-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 98-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que dá nova redação ao Parágrafo 1.º, do Artigo 282, da Lei n.º 6.174 de 16.11.70, Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 138-73.

Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 103.^a Sessão Ordinária
Realizada em 11 de Junho de 1973
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiti Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiti Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiêlse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:
OFÍCIOS:

Sob o n.º 5273 do Senhor João Brasil Vita, Presidente da Câmara Municipal do Estado de São Paulo, encaminhando cópia da publicação no Diário Oficial de discurso pronunciado na 30.^a Sessão Ordinária pelo Vereador Jorge Paulo. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 156-73 do Senhor Fernando Augusto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari, comunicando que foi aprovado por unanimidade, voto de louvor ao Senhor Deputado Igo Iwant Losso, pela apresentação a esta Casa do Projeto de Lei que declarou de Utilidade Pública, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquele Município. — Ao conhecimento da Casa e do Senhor Deputado interessado.

Circular do Senhor Deputado Pedro Portela, Presidente do Instituto de Previdência na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, comunicando sua reeleição no cargo de Presidente daquele órgão. Ao conhecimento da Casa — Agende-se.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Requerimento

Os Deputados que este subscrevem, e no uso de suas atribuições regimentais requerem, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Irmã Alice Pereira (Irmã Nely) da Congregação de São José (Curitiba).

A extinta era irmã do Sr. Dr. Alcides Pereira Júnior, Ex-Deputado Estadual.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa dê-se ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(aa) João Mansur — Basílio Zanusso

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo trágico desaparecimento, em acidente automobilístico, ocorrido na madrugada do dia 4 do corrente, do dinâmico jovem Floriano Hernani Pesh, falecido aos 22 anos de idade.

O jovem Floriano era o grande líder da juventude evangélica da Igreja Assembleia de Deus de Curitiba, onde dedicou todo seu entusiasmo em favor da sadia orientação cristã. No dizer do grande apóstolo Paulo: "Militou a boa milícia", encerrando repentina e surpreendentemente sua brilhante carreira, marcada pela fidelidade e lealdade aos princípios que sempre defendeu com zelo e amor.

Deixou saudades na família, na Igreja e entre todos os que privaram de sua amizade.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da homenagem deste Poder, à família enlutada, à Igreja Evangélica Assembleia de Deus e ao órgão oficial da mesma "Tribuna Pentecostal".

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Angelina Braga Cortezzi.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo-assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer, após a anuência do douto e soberano Plenário, seja endereçado ao jornalista Ali Bark, voto de congratulações pelo seu notável trabalho em prol da assistência social no nosso Estado.

Existe um grupo de abençoados cidadãos, sob a liderança do conhecido profissional de imprensa, que, mesmo no mais absoluto anonimato, vem desenvolvendo uma grande e extraordinária campanha nos bairros desta Capital, levando roupas e agasalhos às pessoas menos favorecidas pela sorte. Este trabalho já vem sendo levado a efeito há muito tempo, sem que houvesse qualquer preocupação de sua propagação ou vinculação através da imprensa. O silêncio se deve exatamente ao cuidado do jornalista Ali Bark, que, pela honestidade desta grande assistência social, prefere trabalhar no anonimato. Não há ingerência de qualquer setor político ou mesmo religioso. É um movimento inédito e digno do aplauso e do reconhecimento desta Casa de Leis.

A Assembleia Legislativa não pode deixar de homenagear e reconhecer o alto sentimento humano do jornalista Ali Bark, cujo exemplo deveria ser imitado por todos, visando aliviar os problemas sociais dos nossos dias.

Pedimos que da decisão da Casa dê-se ciência ao jornalista homenageado.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEIR, após ouvido o Plenário, se consigne na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de regozijo pelo transcurso, hoje, da data comemorativa da "Batalha do Riachuelo".

Requer, ainda, que se expessa mensagem ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha, consubstanciando júbilo desta Assembleia, pela efeméride.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Fabiano Braga Cortes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata, de um voto de regozijo, pela criação da Associação Interconfessional de Curitiba, que congrega cristãos, católicos e evangélicos, para difusão do ensino moral religioso.

A citada associação tem autorização do Poder Executivo Municipal de Curitiba, pelo Decreto 897, para implantar, nas unidades escolares do Município, o ensino moral religioso escolar radiofônico inter-confessional.

Firmou, ainda, convênio com a Secretaria de Educação e Cultura para a implantação de um sistema radiofônico de aulas de ensino moral religioso nas escolas oficiais de 1.º grau, na forma dos artigos 3, 7, § único, 25, § 2.º, 62, § 2.º e 64, da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 e de acordo com o Parecer 135 do Conselho Estadual de Educação.

O fato é deveras motivo de regozijo total, pois, sabemos todos que a educação, só se completa, quando se inclui o ensino moral religioso. Esta é a base da educação, como aquela é a base de toda a organização social.

Pede-se que do fato se dê conhecimento, à Associação Interconfessional de Curitiba, à rua Alferes Poli, Convento Bom Jesus dos Franciscanos; ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba e ao Senhor Secretário de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário, requer, a inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de confiança e congratulações, pela eleição e posse da Mesa Diretora do Egrégio Tribunal de Justiça para o biênio 73-74, composta pelos Senhores Desembargadores:

Edmundo Mercer Junior — Presidente
Henrique Nogueira Dorfmond — 1.º Vice Presidente
Athos Moraes de Castro Vellozo — 2.º Vice Presidente
Marino Bueno Brandão Braga — Corregedor Geral da Justiça
Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos eleitos. Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer, consultado o Plenário, o envio de apelo ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Engenheiro Jaime Lerner, no sentido de que Sua Excelência haja por bem determinar a quem de direito, seja procedida coleta de lixo, diariamente, no conjunto residencial "PHOENIX", localizado no bairro do Portão e construído pelo INOCOP.

Trata-se de medida urgente e inadiável, considerando-se que ali residem cerca de quatrocentas famílias que não contam ainda com tão importante serviço público.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Fabiano Braga Côrtes

SUGESTÃO:

Senhor Presidente:

Sugestão à Comissão de Revisão da Lei Orgânica do I.C.M.

O inciso IX, do artigo 3.º, do capítulo II, passa a ter a seguinte redação: IX — "na saída de veículos, máquinas, aparelhos usados, peças, acessórios, latarias de veículos todos usados, que tenham sido recebidos de pessoas não qualificadas como contribuintes para comercialização e cuja entrada tenha sido regularmente registrada, 10% (dez por cento) do valor da operação de que decorrer a saída.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Em 3 de abril de 1970 foi proposta a esta Casa, a aprovação de um Projeto de Lei nos seguintes termos:

(Lê):

"Artigo 1.º: — É vedado às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participa como acionista majoritário, quer diretamente, quer através de seus Órgãos, Fundações, Autarquias ou outras Sociedades de Economia Mista, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo a participação de seus Diretores, a qualquer título, nos lucros que porventura produzirem.

Artigo 2.º — Os proventos totais pagos a qualquer título a Diretores de Sociedades de Economia Mista não poderão ser superiores, em nenhuma hipótese, aos que forem atribuídos aos Secretários de Estado.

Artigo 3.º — As Companhias de Economia Mista, de cujos estatutos constatarem dispositivos prevendo a participação de seus Diretores nos lucros que eventualmente produzirem, deverão alterar seus estatutos, excluindo os dispositivos sobre a participação de Diretores em seus lucros, dentro do prazo de 90 dias contados da data da publicação da presente Lei.

JUSTIFICATIVA: — O exercício de cargos públicos, em qualquer escala, deve ser encarado como um serviço e um ônus que se impõe, em benefício da coletividade, aos cidadãos que possuem suficiente espírito público para prestá-los e suportá-los".

Nesta linha de pensamento segue a Justificativa do Projeto proposto a esta Assembleia, Projeto este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de alto sentido moralizador porque as Companhias de Economia Mista das quais o Estado participa como acionista majoritário, têm seus lucros quase sempre garantidos por força de imposições legais; justo não seria que, Diretores dessas Companhias, além dos vencimentos que percebem, auferissem, a título de gratificação, uma parte dos lucros dessas Companhias. Por esta razão, naquela oportunidade, há dois anos passados, o nobre Deputado João Mansur propôs a esta Casa a aprovação deste presente Projeto de Lei — uma vez aprovado, os Diretores dessas Companhias não poderiam receber gratificação percentual sobre o lucro das mesmas, e teriam os seus vencimentos equiparados aos vencimentos de Secretário de Estado.

Entendia eu, naquela oportunidade, porque como membro da Comissão de Constituição e Justiça, tive a oportunidade de, bem cedo, travar contato com o presente processo.

Ele foi pela Comissão de Constituição e Justiça, aprovado por unanimidade, nos termos que sobre ele se manifestou o relator.

Dizia o relatório aprovado na CCJ: — (Lê):

"Escorado nos princípios da Revolução de março de 64, que veda aos funcionários públicos a participação no produto da arrecadação o Projeto de Lei em estudo torna proibitiva a participação dos diretores nos lucros das Companhias de Economia Mista em que o Estado do Paraná participe como acionista majoritário.

2 — Por outro lado, o Projeto estabelece como teto aos proventos dos diretores dessas sociedades, os subsídios pagos aos Secretários de Estado.

3 — O Projeto marca, ainda, o prazo de 90 dias, a contar da sua publicação, para que as entidades atingidas pelo mesmo regularizem seus estatutos, adotando nos mesmos, os dispositivos legais enfocados.

4 — Assim exposto, verifica-se inicialmente, que o Governo do Estado pode, a qualquer momento, modificar os estatutos de todas as Sociedades de Economia Mista de que participe e das quais seja acionista majoritário. E, então, poder-se-ia afirmar que o Projeto é uma redundância pois se irá legislar sobre aquilo que já é a Lei entre os interessados.

Não obstante, não menos verdadeira seria a assertiva de que, a qualquer momento, o mesmo governo ou quem o sucedesse, poderia voltar ao "status quo ante", em infringir o texto constitucional, que faz referência somente ao

produto da arrecadação" e não a lucros conforme se vê do art. 196 da Carta Magna em vigência:

"É vedada a participação de serviços públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa".

As sociedades em referência ou têm lucros ou prejuízos. Não arrecadam, percebem, recebendo o pagamento pelos serviços que prestam, cujo preço estipulam sempre com margem de lucro, seja serviço ou bens o que vendem. Assim, interligados, estão os interesses públicos e comerciais.

5 — Não nos parece que existam qualquer óbice legalmente constitucional ao Projeto, que é oportuno, por visar a solução definitiva para o problema de que trata.

6 — Entendemos, entretanto, que se aprovados, tais dispositivos devem alcançar, também, os governos municipais, por uma questão de equidade e de coerência: causaria espécie que um diretor de uma sociedade municipal percebesse vencimentos e lucros, muitas vezes até maiores que os recebidos por diretores de sociedades estaduais, que estariam impedidos de acesso aos lucros. Dai apresentarmos, em separado uma emenda aditiva, visando complementar o ilustrado Projeto, acrescentando-se-lhe um parágrafo.

E o parecer".

E o relatório foi aprovado unanimemente pela C.C.J. Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, posteriormente, este Projeto, demorou um longo espaço de tempo para aparecer em Plenário. Entretanto, um Requerimento feito à Douta Mesa solicitei que o mesmo fosse colocado na Ordem do Dia, o que de fato ocorreu. Dois anos após, veio o Projeto à Ordem do Dia, foi aprovado em 1.ª discussão, em 2.ª discussão, e por surpresa nossa o Deputado Ivo Tomazoni endereçou um Requerimento à Mesa solicitando que o Projeto saísse da Ordem do Dia por trinta Sessões. Trinta Sessões iriam atingir o recesso, passar-se-ia o mês de julho sem que o Projeto fosse aprovado. Na verdade, a retirada não é apenas por trinta dias, mas por sessenta dias.

Não entendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados porque impedir a tramitação normal do Projeto. Soube, quando veio para a Ordem do Dia, de que altas esferas governamentais, por motivos óbvios, se pronunciaram contrariamente à aprovação, inclusive, aquele que vem na prática, respondendo pelo Governo do Estado do Paraná. Sr. Milton Menezes, que procurou por todas as maneiras que o Projeto fosse retirado da Ordem do Dia. Não estava na Sessão quando o pedido de retirada da Ordem do Dia deu entrada nesta Casa. Voltando de viagem da Região que represento nesta Assembleia, ouvi de vários Srs. Parlamentares, mas o que houve com o Projeto? por que foi retirado da Ordem do Dia?

É preciso que diga agora ao povo do Paraná e a esta Casa que nada tenho com a retirada do Projeto da Ordem do Dia. Ao contrário, estou aqui pedindo que ele volte para a Ordem do Dia para, em terceira discussão, ser aprovado. Para que se ponha fim a uma situação que reputo quase que imoral, Diretores das Companhias Mistas da qual o Estado é acionista majoritário, participando dos lucros das Empresas. Existem diretores que faturam por semestre, a título de gratificação, 144 mil cruzeiros, além dos vencimentos normais 144 mil cruzeiros que significam 20 mil cruzeiros mensais, somados aos vencimentos que eles percebem.

Porisso, o Projeto de Lei que o Sr. Deputado João Mansur apresentou à Casa, que não entendo a razão pela qual vem entravando a sua tramitação é isto que estamos aqui para cobrar e ao mesmo tempo, cobrando e dando uma satisfação ao povo do Estado do Paraná, porque esta Assembleia não tem motivos para retardar a aprovação deste Projeto, pois ela mesma já o aprovou por unanimidade em primeira e em segunda discussão. Cabe ao Deputado Ivo Tomazoni dizer ao povo do Paraná a razão pela qual S.Exa. retirou este Projeto da Ordem do dia por 30 Sessões. 30 Sessões, repito, é o prazo que irá expirar-se em 9 de julho de 1973, em pleno recesso. Portanto este Projeto apenas voltará à apreciação, em agosto. Então teremos mais um balanço semestral destas Companhias e mais lucros, para que estes Diretores, sobre estes lucros, auferam pouquitos vencimentos, a título de gratificação. É preciso que nesta hora, em que o Estado do Paraná vive tantos problemas, procuremos nós, que representamos o povo, cumpramos a nossa obrigação, o nosso dever, de representantes deste mesmo povo, votando aquelas Leis que têm sentido altamente moralizador, como esta que encaminhou à Casa, o Nobre Deputado João Mansur.

Portanto, deixo aqui esta justificativa, este esclarecimento ao povo do Estado do Paraná, pedindo ao Deputado Ivo Tomazoni que explique à Casa e ao Povo, as razões pelas quais S. Exa. pediu a retirada do Projeto da Ordem do Dia por 30 sessões, fazendo um apelo a S.Exa. o Sr. Presidente, para que seja dado por estudado definitivamente, este Projeto e que volte para apreciação, em 3.ª discussão.

Apelo que faço ao Deputado Ivo Tomazoni, para que decline do seu pedido de retirada do referido Projeto da Ordem do Dia e que ele volte à apreciação desta Casa, que já em 2.ª discussão o aprovou. O Projeto, tem um alto sentido moralizador.

Creio que estes esclarecimentos são uma imposição da minha consciência. ao povo desta Capital, ao povo do Estado do Paraná. Repito, nesta breve passagem pela tribuna, faço novo apelo ao Deputado Ivo Tomazoni, que abra mão do seu pedido, para que o Projeto retorne, seja aprovado, a fim de evitar mais uma vez que com base no balanço semestral do primeiro semestre de 73, funcionários, com base em lucros forçados que algumas companhias, nas quais estão como acionistas majoritários, auferam, a título de gratificação polpudos vencimentos.

Posso dizer aos srs. Deputados, que existem diretores de Companhias Mistas que retiram, somente num semestre, a título de gratificação, a importância equivalente a 144 mil cruzeiros.

Eram, Sr. Presidente, srs. Deputados, as palavras que eu queria trazer a esta Casa nesta tarde, além do apelo e de um esclarecimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

"O assunto já foi ventilado várias vezes por esta Casa, mas nem por isso deixa de ser atual, iminente, sério, complexo e merecedor de todas as atenções dos Poderes Públicos do Estado e da Nação. Pois, meus eminentes Pares, as terras mais férteis do Noroeste paranaense estão sendo aos poucos perdidas para sempre. A erosão é responsável por 75 milhões de metros cúbicos dos mais ricos solos do Estado levados pelas águas e despejados, anualmente, no Rio Paraná.

Em economia, isto representa uma soma impressionante.

Se fosse calculado a um preço simbólico, de um cruzeiro a tonelada dessa terra, por ano, o Paraná estaria tendo um prejuízo de 97 milhões de cruzeiros. Além disso, essa terra perdida das regiões agrícolas do Estado vem causando o assoreamento da Bacia do Prata, com prejuízos aos países vizinhos.

Nas áreas atingidas, a erosão chega, muitas vezes a se tornar calamidade pública. É o caso que ora se registra em Cianorte e outros Municípios como por exemplo, Itaguapé. Valas enormes são abertas do dia para a noite, transformando ruas em verdadeiras crateras. Em alguns lugares de terrenos saliclicos arenosos, como Nova Esperança e Paranavai, a desmatização excessiva ocasionou gigantescas erosões abrindo no solo, em extensões consideráveis, trincheiras de diâmetros razoáveis".

O Sr. Mauricio Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminente Deputado, V. Exa. com detalhes, analisa um dos problemas mais sérios em nosso Estado, exatamente na região que V. Exa., com brilho e entusiasmo, representa nesta Casa.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Obrigado.

O Sr. Mauricio Fruct — Realmente, é preciso, é necessário que esta Assembleia Legislativa tome conhecimento dos graves problemas ocasionados pela erosão na região Noroeste do Estado. V. Exa., há pouco mostrou fotografias onde visualmente se toma conhecimento e se verifica os estragos feitos pela erosão. Perguntaria — e sei que é este o objetivo de V. Exa. — quais as medidas de ordem prática que vem sendo adotadas pelo Governo. Se não for adotada pelo Governo uma política de contenção no setor de desmatização, na região mais Noroeste do Estado, o mesmo problema se verificará naquela região, com dificuldades para uma solução a longo prazo por falta de recursos para debelar tão grave ameaça àquela região e a todo o Estado do Paraná. A V. Exa., que fala em nome da liderança de nossa Bancada, abordando este problema, fica a nossa solidariedade e a esperança de que o que acaba de relatar hoje nesta Casa, sirva de alerta às autoridades responsáveis e que medidas práticas e objetivas sejam adotadas neste setor.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Agradeço a V. Exa. o aparte.

Concluindo nosso pensamento "graças à política administrativa adotada por alguns Governadores de nosso Estado, o combate à erosão pode ser intensificado mediante aplicação de recursos estaduais, através da Divisão de Obras Especiais do DEOE, e de recursos oriundos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, Departamento Nacional de Obras e Saneamento e Sudesul.

De 1964 a 1970, esses recursos conjugados totalizaram seis milhões de cruzeiros, destinados à implantação de três núcleos estratégicos de combate à erosão e às obras de saneamento do problema que aflija aproximadamente 100 municípios, numa área de 30 mil quilômetros quadrados. De 1970 para cá, realizou-se, também algum progresso nessa luta, apesar do problema ainda ser latente e o objetivo final a ser conquistado estar muito distante".

Para combater a erosão urbana a colaboração do Governo do Estado com as Prefeituras, estão sendo executadas obras provisórias que consistem de poços e valas de contenção, sistema de pequenas barragens e as definitivas que são as galerias de águas pluviais com tubos de concretos, os poços de queda, poços de visita e dissipadores de energia.

Contudo, até agora, para combater a erosão, foram realizadas apenas as obras provisórias.

A construção do sistema de galerias que irá garantir o escoamento fácil, geralmente para fora das cidades, continua em compasso de espera. O resultado pode ser aquilatar.

Itaipu, a gigantesca represa que os governos do Brasil e Paraguai pretendem construir no Rio Paraná, tem no assoreamento, uma das suas maiores dificuldades.

Oxalá, resolvam as autoridades federais e estaduais, em face desse problema, de combater, de vez, a erosão livrando o Paraná de um dos seus maiores flagelos.

A concentração de recursos financeiros com esse objetivo, se faz mister, com urgência, antes que maiores danos, possam ser ocasionados às ricas terras de nosso Estado".

Sr. Presidente, srs. Deputados, nós requeremos por intermédio desta Casa, às autoridades competentes, principalmente ao Sr. Ministro Costa Cavalcanti. E na oportunidade em que estivemos em Brasília, à semana próxima passada, tivemos a satisfação de, juntos com o nobre Deputado federal, Antonio Anibelli, conversarmos com o Sr. Ministro. E S. Exa. nos prometeu que, dia 23, estaria em Paranavai, para um encontro com os Prefeitos daquela Região e que estão, atualmente em dificuldades por causa da erosão.

E por esse motivo, Sr. Presidente srs. Deputados, quero prestar minha homenagem ao Sr. Ministro Costa Cavalcanti que vem ao Oeste paranaense solucionar esse problema catastrófico da Região.

Muito obrigado. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Devo, inicialmente, dizer que, absolutamente, não pretendo, ou jamais pretendi votar contra o Projeto de Lei 26-70, que tem como autor o ilustre Presidente desta Casa, Sr. Deputado João Mansur.

Usando de uma prerrogativa que me faculta o artigo 110, e seus parágrafos, e o artigo 111, do Regimento Interno, requeri, em data de 28 de maio o adiamento da votação já em terceira discussão, deste Plano de Lei, porque queria me capacitar melhor da validade desse instrumento. Poderia muito bem argumentar S. Exa. o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, que quanto à constitucionalidade, essa matéria já foi objeto de pronunciamento na Comissão de Constituição e Justiça, a quem cabe, na tramitação de todas as matérias que vêm à consideração do Plenário, dizer da constitucionalidade ou não. Na verdade, a Comissão de Constituição e Justiça, em 30 de junho, ainda do ano de 1971, pronunciou-se pela constitucionalidade da matéria. Não só isso. Propos uma emenda, estendendo a medida saneadora — segundo expressão do próprio autor do Plano de Lei, também para as Sociedades de Economia Mista, de natureza municipal, que tenham o Município como seu maior acionista.

A retirada da Ordem do Dia, o seu adiamento de votação, teve origem na minha vontade de capacitar-me de sua validade. Eu me pergunto que o Banco do Estado do Paraná e outras sociedades de economia mista todas sociedades anônimas, portanto regidas pela lei das sociedades anônimas, não cabendo nunca ao Governo do Estado deferir, limitar, fixar vencimentos aos seus diretores, se nós, pela lei estadual poderemos legislar nesse sentido, quem sabe conflitando com a Lei maior que regulamenta a vida das sociedades anônimas.

Não apenas retirei o Projeto de Lei pretendendo um sofisma que pudesse em qualquer tempo nesta Casa obter o voto de rejeição da matéria. Xerquei o Projeto de Lei e pedi a lustras professores paraceros que me capacitassem votar corretamente a matéria. A eles nós somos favoráveis "in

totum". Se bem que o quanto percebe um diretor de Sociedade de Economia Mista neste Estado e noutros também. Mas temos também que essa regra geral no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, enfim Brasil todo, porque são as Assembleias dessas Sociedades de Economia Mista que fixam as normas e...

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ocorre que V. Exa. toca no ponto fundamental da questão. São as Assembleias que fixam. Ocorre que o Estado é majoritário nessas sociedades e tem direito a voto. Então, é o Estado que fixa. Porque se o Estado não quisesse fixar, não iria. Ele tem o voto majoritário, porque é maioria dentro dessa sociedade, então o projeto é para que viesse a determinar ao representante do Estado nestas Assembleias, que vote no sentido do Projeto de Lei, no sentido da lei aprovada, isto é, incluindo no Estatuto dessas sociedades, limitações quanto ao percentual ou a proibição de qualquer gratificação sobre os lucros auferidos pelas empresas. E manda a lei que o representante do Estado nessas Companhias estabeleça, como vencimento máximo para os Diretores dessas empresas, o limite do que percebe, a título de rendimento, um Secretário de Estado.

A lei justifica, porque a Assembleia é o próprio Estado e o Estado é majoritário. Então, no cumprimento da lei o representante do Estado na Assembleia determina praticamente a inclusão nos estatutos dessas limitações. Os Diretores não poderiam auferir gratificações sobre o lucro das empresas e ao mesmo tempo estariam obrigados a limitar seus vencimentos ao de Secretário de Estado. Portanto, entendo que o procedimento elaborado pelo nobre Deputado João Mansur é correto, inclusive sob o ponto de vista legal. A Assembleia é que fixa os vencimentos. Como o Estado é maioria nessas Assembleias é, portanto, o próprio Estado que fixa os vencimentos dos Diretores dessas Companhias. Duvido, V. Exa. há de concordar comigo, que um representante do Estado, numa Assembleia dessa natureza, não vá para lá com orientação do Governo porque, caso contrário, não teria autonomia total. Entendo que obedece a orientação do Governo. Com base nesta lei o Estado teria que dar a ele orientação dentro daquilo que a Assembleia votou e aprovou. Creio que V. Exa. concorda, neste aspecto, comigo e louvo o seu interesse em retirar o Projeto da Ordem do Dia para se capacitar e dar um voto com melhor entendimento sobre o mesmo.

Mas, o apelo que fiz a V. Exa. é no sentido de que fosse abreviado esse prazo porque, como V. Exa. bem sabe, são realizados nessas Companhias, balanços semestrais. Logo a trinta de junho teremos novo balanço dessas Companhias e portanto novos lucros serão constatados. E nos termos do que até então vem regendo essas Companhias, novas gratificações sobre os lucros serão verificadas. Se V. Exa. abreviasse o tempo de vista do processo, esta lei voltaria com seu voto contrário ou favorável, acredito que será favorável porque V. Exa. já terá obtido as informações de natureza jurídica que V. Exa. pretende, e então poderíamos aprovar este projeto antes desses balanços. Desta maneira a legislação, a lei aprovada, passaria a reger, inclusive o resultado desses balanços, caso contrário, do jeito que V. Exa. solicitou o requerimento, entraremos pelo mês de julho a dentro e somente voltaremos a apreciar o projeto em agosto e os balanços deste semestre não estarão sujeitos ao que dispõe esta lei que sei, será aprovada pela Assembleia. Esta a razão do meu apelo, objetivando que entre em vigor no primeiro semestre deste ano.

O SR. IVO TOMAZONI — Parece-me que V. Exa. só antecipou a minha conclusão. Devo afirmar que não haveria necessidade para tanto. Meu requerimento mereceu a aprovação do Plenário e não há dispositivo regimental que vede a V. Exa. ou a qualquer dos srs. Deputados a apresentação de requerimento que possibilite a reinclusão na Ordem do Dia deste plano de lei, sem que se completem necessariamente os trinta dias solicitados e aprovados pela Casa.

Portanto, afirmo a V. Exa. que não tenho absolutamente, jamais tive, qualquer intenção de retardar ou possibilitar a rejeição do plano de lei. Isto é pacífico. Quanto a V. Exa. afirmar que o Chefe da Casa Civil, o sr. Milton Menezes...

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — apenas disse que quando o Projeto voltou à Ordem do Dia, altas esferas governamentais manifestaram preocupação, entre eles o Chefe da Casa Civil, Sr. Milton Menezes. Sei que o Projeto preocupou as altas esferas governamentais, inclusive aqueles que seriam atingidos pela medida. Não estabeleci relação alguma entre o pedido de V. Exa. e a preocupação do Governo Federal, a afirmação foi totalmente imparcial.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Deputado, a medida me parece, além de regimental, válida para mim, porquanto vamos assistir, Sr. Deputado o encaminhaamento do autógrafo deste plano de Lei que, fatalmente haverá de merecer o veto governamental, e nós queríamos exatamente fugir da possibilidade de que o Executivo o veto por inconstitucionalidade, entendendo que nós legisladores estaduais estamos, possivelmente, extravasando competência, pretendo limitar competência da Lei que rege as Sociedades Anônimas.

Era tão somente neste particular e com este cuidado que eu tive esta intervenção. E vou mais além...

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Eu me permitiria perguntar a V. Exa. porque, pela afirmação de V. Exa., V. Exa. então já formou a sua opinião...

O SR. IVO TOMAZONI — Não, absolutamente!

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Se V. Exa. diz que o Executivo vota porque é inconstitucional...

O SR. IVO TOMAZONI — Não!

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — ... é entendimento dele, ou também é entendimento de V. Exa.?

O SR. IVO TOMAZONI — Eu queria impedir exatamente que, voltando para esta Casa com o veto por inconstitucionalidade, que eu principalmente estivesse capacitado, que esta não é a argumentação válida. Primeiro isto. Mas digamos mais a V. Exa.:

Já estou em condições de discutir a matéria, em 3.ª discussão, amanhã, se V. Exa. pretender, ou depois de amanhã, e não votarei contra qualquer requerimento que V. Exa. apresente no sentido de que este Projeto de Lei retorne ao Plenário e mereça o voto dos srs. Deputados, pela aprovação ou pela rejeição.

Era isto que eu queria dizer.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Perfeitamente. Então a razão de não haver feito Requerimento para reinclusão na Ordem do Dia, é porque eu sabia que algum objetivo como este que V. Exa. esclareceu na Tribuna, de se inteirar melhor a respeito do Projeto e estudá-lo sob o ângulo jurídico, eu queria fazer esta reinclusão quando V. Exa. já tivesse adquirido os conhecimentos necessários; então, eu pretendia fazê-lo de comum acordo com V. Exa. Esta a razão de eu não haver formalizado Requerimento. Queria que V. Exa. se informasse bem, apenas pedi a V. Exa. que dedicasse uma atenção maior, especial, a fim de abreviar o tempo da apreciação.

Agora V. Exa. antecipa aí a atitude do Governador do Estado, de que haverá o veto, por inconstitucionalidade?

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Deputado, não me atribua, por favor, nenhuma autoridade de falar em nome do Governo, aqui. Eu estou pressupondo de que se esta matéria não estivera altamente estribada constitucionalmente, ele havendo fatalmente de sofrer o veto, porque o Governador do Estado, isto é óbvio Sr. Deputado, sofrerá pressão, quem sabe dos seus colaboradores, aqueles mais diretamente interessados na matéria para que haja o veto.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Sim. E V. Exa. situa bem o assunto, porque eu entendo que o problema é bem claro para mim, porque o apreçamento do Projeto no seu aspecto legal foi feito pela Comissão de Justiça, então o trâmite pela Casa foi normal; se Sua Excelência o Governador do Estado achar que deve vetar o Projeto, eu acho que ele deve fazê-lo, bem fundamentado, porque eu acho que nós estamos com a melhor fundamentação, inclusive, a Comissão Técnica já se manifestou.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Deputado, nós queríamos argumentar que este plano de Lei foi apresentado em 3 de Abril de 1970. Este é o terceiro Governo desde aquela data, que o Paraná tem a dirigir os seus destinos, desde a apresentação do Projeto. Na oportunidade da retirada, além dos esclarecimentos que eu pretendia, maior ou melhor ainda não me capacitei da validade, pretendia e poderia ter retirado por 10 dias, por 5 dias, jamais a intenção de que a retirada implicasse no possível recesso que nós vamos ter em Julho. Para evitar a aprovação nesse primeiro semestre, seria reincluído a 28 de julho, quem sabe ainda com possibilidade de ser votado em 3.ª discussão, mas, teríamos o óbice da votação...

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — O 1.º semestre se encerra a 30 de junho.

Portanto, logo, aos primeiros dias de julho, em reunião de diretorias, estas companhias já estabelecerão o percentual de lucro que caberá a cada diretor a título de gratificação.

Nas primeiras semanas do mês de julho.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu apenas pergunto a V. Exa., V. Exa. haverá de requerer hoje, ou não vai requerer a reinclusão do Projeto de Lei. Em voto com V. Exa. Era o esclarecimento que eu queria dar a V. Exa.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Agradeço a V. Exa. e amanhã formalizarei o Requerimento.

O SR. IVO TOMAZONI — Muito obrigado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com relação à matéria que está sendo discutida no momento, pediria vênia a V. Exa. pra também fazer uma observação.

Não me parece que o Projeto de Lei possa ser rejeitado por inconstitucionalidade, poderá ser rejeitado isto sim, se o Governo entender que é inconveniente. Por motivos de inconveniência ou não administrativa, me parece razoável que o Governo adote uma postura em relação ao projeto.

Já com relação à constitucionalidade, não vejo nenhuma mácula no projeto, porque me pareceria que a lei, obtenção a sanção governamental, autolimitaria o próprio Estado a sua participação como acionista majoritária das Sociedades de Economia Mista. Mas ainda que isto pudesse ser questionado, eu entendo que o mesmo não ocorria com as fundações, com as empresas públicas, com as autarquias, porque se não estou enganado, o projeto estende a outras entidades não apenas sociedades de economia mista.

O SR. IVO TOMAZONI — Para reconhecimento de V. Exa. o artigo 1.º:

(Lê): — “É vedado às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participa como acionista majoritário, quer diretamente, quer através dos seus órgãos de fundação, autarquia, ou outras sociedades de economia mista, incluir em seus estatutos, dispositivos prevendo a participação de seus diretores a qualquer título nos lucros que porventura produzirem”.

O Sr. Luiz Roberto Soares: — O projeto estende as outras entidades descentralizadas ou não, a vedação do dispositivo. De maneira que ainda pudesse ser questionado com relação às Sociedades de Economia Mista, a matéria me pareceria pacífica com relação às fundações por exemplo, que hoje está grangando espantosamente no Estado do Paraná. Esta Assembléia já teve a oportunidade de apreciar se não estou enganado quatro ou cinco Mensagens governamentais que foram exatamente de instituir fundações.

Tivemos a fundação que substituiu o antigo Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Recentemente, foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas para o Desenvolvimento Social a fundação do Teatro Guaíra, a Fundação Educacional do Paraná, uma infinidade de fundações do Estado que estariam completamente abrigadas pelo Projeto de Lei. Mas de qualquer maneira, eu quero me congratular pela posição de V. Exa. que também entende, se bem entendi, que também considera conveniente o Projeto. Quanto à constitucionalidade ou não dele, eu pessoalmente, não tenho dúvidas de que está perfeitamente ao abrigo da Li, porque tratar-se-ia de uma lei estadual auto-limitativa, não violaria dispositivos de lei maior, em hipótese alguma.

Pelo menos é assim que eu enfoco o emergente problema. Muito obrigado a V. Exa. pela concessão do aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. trouxe naturalmente, conhecimento profundo do problema em foco. Todavia, parecem que as fundações estão ao desabrigo, isto é, não serão atingidas absolutamente pela matéria, porque nenhuma das fundações existentes hoje no Estado, tem fins lucrativos. Nem tão pouco a Fundação Educacional, a Telepar, também a Fundação de Terras e Cartografia do Estado não é o caso, como também não o é, a Fides, como não é também, a Fundação de Assistência aos Municípios. Parece-me que está completamente fora.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eu sei; exatamente. Mas o que me parece que então o projeto teria necessidade, já que a finalidade dele é no sentido de evitar que tais entidades se enriqueçam, enfim, se locupletem, me parece que era de conveniência que se emendasse o projeto no sentido de obter a mesma finalidade. Porque a limitação pela limitação não faria sentido.

O SR. IVO TOMAZONI — O cuidado do Legislador, parece-me que não está em foco evitar principalmente a participação dos Diretores do lucro dessas sociedades de economia mista, mas os capacitem cada vez mais coloquem um órgão que é público a favor de um enriquecimento da entidade em prejuízo de uma coletividade. No caso a Café do Paraná que adquire as sementes por um preço e revende por um preço mais significativo; com lucro às vezes até exorbitante. Por exemplo, o Banco do Estado do Paraná e outras companhias, como sociedades de economia mista. Não quero acreditar que o legislador tenha pretendido tão somente prejudicar os Diretores mas sim por a salvo de um lucro excessivo, todas aquelas entidades que tem os diretores participando. Parece-me que o cuidado foi este. Se não foi este, para mim não tem validade nenhuma o Projeto de Lei.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior. V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É esta que V. Exa. resalta. Mas também V. Exa. há de convir comigo, na

ma empresa privada que normalmente é Diretor aquele que entrou com o capital, ou quando não entrou com o Capital, o lucro de uma empresa privada, de um banco, por exemplo, que normalmente é fruto de um trabalho exclusivo de uma administração, porque os depósitos de um banco privado são captados normalmente pelo trabalho dos Diretores, dos gerentes; e os depósitos de um Banco de Estado, em grande parte são forçados pelo próprio Poder Público. Ele já vai trabalhar com dinheiro, a direção do banco já vai trabalhar com dinheiro que não lutou para obter, como é o caso do Banco do Brasil. Eles vão auferir lucros de cunho forçado; eles vão ter dinheiro para emprestar no Crédito Agrícola, que o Banco Central entregou a ele, forçadamente, ou o próprio Estado do Paraná. Dessa forma, tem dois objetivos o projeto, eu entendo.

Além do mais, tem um sentido de justiça: estabelecer como teto máximo de vencimento, aquilo que percebe um Secretário de Estado. V. Exa. bem sabe que o Banco do Estado, hierarquicamente deve estar submisso ao Secretário da Fazenda. É quase que uma injustiça que o titular da Pasta da Fazenda receba a título de proventos, uma importância menor do que recebe um Diretor do Banco do Estado. Acho que o projeto quer dar ao diretor do Banco do Estado que é um órgão da economia paranaense, de importância que eu reputo muito menor que a Secretaria da Fazenda, e ao qual em última instância ele está submisso, eu acho que o projeto estabelecendo e equiparando estes vencimentos, é um projeto que encerra também um sentido de justiça. O Diretor do Banco do Estado passará a receber o mesmo que recebe um Secretário. Assim, o Projeto além de apresentar duas soluções, tem também este conteúdo de justiça. E V. Exa. há de concordar comigo, com base no artigo 2.º do Projeto de Lei.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está portanto definida a minha posição neste episódio, para que não se pretenda insinuar — e eu sei que o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior nem longe pretendeu insinuar qualquer outra intenção, na retirada deste Projeto de Lei da Ordem do Dia. E voto com o Requerimento que V. Exa. haverá de apresentar amanhã, pela reinclusão da matéria na Ordem do Dia. Já que os Srs. Deputados constitucionalistas tiveram tempo suficiente para me ilustrar. São decorridos já 15 dias da entrada do meu Requerimento. Não há por que pretender eu retardar a tramitação deste plano de lei.

Era o que cabia, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51-72, de autoria do Dep. Quiélse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder o alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, à sede do Município de Guaraci. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 210-72, que aprova o Convênio celebrado em 26.10.72, entre o Ministério de Saúde, Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londres, objetivando estabelecer normas para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado, como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. C.S.P. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 208-72, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando a execução do Programa das Vias Expressas — PROGRES — conforme Decreto Federal n.º 71.273 de 30-10-72. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124-72, de autoria do Dep. João Padel, que autoriza o Poder Executivo criar, integrado na estrutura Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o “Museu das Etnias”. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Ampére, Via Jacutinga. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 16-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Londrina, objetivando organizar o Serviço de Rádio Patrulha naquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.F., em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 317-66, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., com substitutivo, em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 317-66

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada, com extensão aproximada de 8 (oito) quilômetros, que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1966.

(a) Deputado Paulo Camargo

JUSTIFICAÇÃO

A estrada que se pretende transferir à responsabilidade do D.E.R. é de total importância para as comunas que serve, mormente a de Campina Gran-

de do Sul. Pela via citada circula, verdadeiramente, o potencial de vitalidade econômica do Município, vinculado em grande parte à Capital do Estado, que é alcançada pela estrada a ser beneficiada, na parte inicial do trajeto, e pela BR-2, na etapa final.

Importante para Quatro Barras e essencial para Campina Grande do Sul, a estrada referida é de significativa importância, também, do ponto de vista estadual e até federal. Efetivamente, caminhos do D.E.R. e D.N.E.R. por ela trafegam seguidamente, transportando material retirado de saibreiras localizadas na região.

A estrada, normalmente distanciada das condições técnicas ideais, sofre ainda as consequências desse pesado tráfego.

A administração municipal cabe, contudo, todo o ônus de conservar a via trafegável, encargo quase impossível, dada a sua precariedade de recursos financeiros e materiais.

É perfeitamente justo, portanto, além de interessante para o órgão rodoviário, que se transfira à responsabilidade de conservar e melhorar as condições da estrada em questão ao D.E.R.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 317-66

PARECER

1) — Com o presente plano de lei, pretende o nobre Deputado Paulo Camargo, transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada, com extensão aproximada de 8 (oito) quilômetros, que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

2) — A proposição que ora examinamos se nos afigura oportuna e necessária, dadas as razões apresentadas pelo seu ilustre autor, pois dotará de condições técnicas a estrada que liga os Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

3) — Quanto aos aspectos constitucional ou legal, que cabe a esta Comissão examinar, não há restrições a fazer, razão pela qual somos pela sua APROVAÇÃO, desde que observado o SUBSTITUTIVO GERAL anexo, que atende a melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Igo Losso — Cândido M.M. de Oliveira — Maurício Fruct — Ovidio Franzoni — Muggiati Filho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI N.º 317-66

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada, com extensão aproximada de 8 (oito) quilômetros, que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Erondy Silvério — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 317-66

Autor: Dep. Paulo Camargo

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeitos de conservação e melhoria a estrada que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

PARECER

1) — O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, onde foi aprovado Substitutivo Geral que o transformou em medida meramente autorizatória.

2) — Dependendo, como fica implícito, da anuência do Poder Executivo a sua efetivação, a medida não encontra óbice que lhe possa ser anteposto no âmbito desta Comissão.

3) — Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt — David Federmann — Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N.º 317-66

PARECER

1) — Com a proposição em tela, visa o nobre Deputado Paulo Camargo, autorizar o Poder Executivo, a transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para conservação e melhorias, a estrada, com extensão aproximada de 8 (oito) quilômetros, que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

2) — Referida matéria já mereceu das doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças pareceres favoráveis.

3) — A conservação através do Departamento de Estradas de Rodagem, da referida estrada, é de significativa importância para o Estado, pois por ela trafegam caminhos do próprio D.E.R., transportando material retirado das saibreiras, que se localizam naquela região. Cabe, contudo, à Administração municipal, conservar e melhorar a via trafegável, encargo quase impossível, pelos poucos recursos financeiros, materiais e técnicos, como preconiza o ilustre autor na justificação do projeto.

4) — Quanto ao mérito, que nos cabe examinar nesta Comissão, parece-nos justo que se transfira àquele Departamento a responsabilidade de conservar e melhorar as condições da referida estrada, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1973.

aa) Borsari Netto — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Lázaro Dumont — Antônio Belinati

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178-72, de autoria do Dep. Cândido Martins de Oliveira, que revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da Lei n.º 5.849 de 25-9-68. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 178-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revigorado, pelo prazo improrrogável de cinco dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1972.

aa) Dep. Cândido M.M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA

A tendência da moderna administração é possibilitar aos que desejem se afastar dos cargos públicos, desde que modificadas as regras que regem seu ingresso, esse afastamento, sem, é evidente, prejudicar-lhes o tempo do serviço prestado com proficiência para o Estado.

Assim, a possibilidade de se colocar em disponibilidade os agentes do Ministério Público que ingressaram no parquet à época em que se admitia o exercício da advocacia e, de repente, por modificação viram-se privados desse exercício, é medida de inteira justiça.

Injusto seria impedir a esses membros do Ministério Público, que aderiram à instituição com a permissão da advocacia, que se beneficiassem do disposto no artigo 124, de 25 de setembro de 1968, unicamente porque, à época da sua entrada em vigor, não tinham condições de utilizar-se de seus benefícios, embora o quizessem.

Esta equidade o objetivo desta lei ora submetida à alta consideração dos nobres Senhores Deputados.

LEI N.º 5.849

Data: 25 de setembro de 1968.

Súmula: Dispõe sobre o Estatuto do Ministério Público.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 122 — Serão aplicáveis subsidiariamente aos agentes do Ministério Público das disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Art. 123 — Ficam classificados na entrada inicial os atuais promotores de primeira entrada; na entrada intermediária, os atuais promotores de segunda, terceira e quarta entrada na entrada final os atuais promotores, curadores e advogados de ofício de entrada especial.

§ 1.º — Na lista de antiguidade, os atuais promotores de quarta entrada precederão aos de terceira e estes aos de segunda.

§ 2.º — ... Vetado...

§ 3.º — Para os efeitos de remoção e promoção, as promotorias que vagarem passarão a ter a entrada da respectiva comarca.

Art. 124 — Os atuais agentes do Ministério Público, que contarem mais de quinze (15) anos de serviços prestados ao Estado do Paraná e não se sujeitarem à proibição estabelecida no inciso I, do art. 82, serão colocados em disponibilidade, com vencimentos básicos proporcionais à razão de um trinta avos por ano de serviço, se o requererem no prazo improrrogável de cinco dias, contados da vigência desta lei.

Parágrafo Único — O pedido com firma reconhecida, será dirigido ao Procurador Geral da Justiça, para seu devido processamento.

Art. 129 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Curitiba, em 25 de setembro de 1968.

aa) Paulo Pimentel

João de Mattos Leão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 178-72

Autor: Dep. Cândido M.M. de Oliveira.

Súmula: Revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o Art. 124 e seu Parágrafo Único da lei n.º 5.849 de 25-9-68.

PARECER

Pretende o autor do presente projeto de lei, revigorar pelo prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1.968.

Examinando a matéria em pauta, nada constatamos que viesse contrariar os preceitos legais, pelo que opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Este é meu Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1972.

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Ovílio Franzoni — Emílio Carazzai — Santos Lima — Igo Losso —

Cândido M.M. de Oliveira e Maurício Fruct

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 178-72

Autor: Dep. Cândido M.M. de Oliveira

Súmula: Revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o Art. 124 e seu Parágrafo Único da Lei n.º 5.849, de 25-9-68.

PARECER

O presente Projeto de Lei, já devidamente justificado e aprovado pela C.C.J., não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira, razão pela qual, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973.

a) Quiêse Crisóstomo da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias — João C. Fadel — Gilberto Carvalho

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 41-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Deputado Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhores de Rotarianos de Curitiba, constitui-se em uma Entidade Assistencial, que visa, nos termos de seus Estatutos, entre outras atividades, proteger a infância necessitada, cooperar no desenvolvimento dos programas de serviços à comunidade estabelecidos pelos clubes de Rotary e promover a maior aproximação das famílias dos rotarianos de Curitiba.

Sendo uma entidade com fins beneficentes e sem fins lucrativos, nada mais justo, que o Estado venha a conceder o Título de Utilidade Pública para proporcionar melhores condições e maiores facilidades para o cumprimento de sua tão elevada finalidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 41-73

Autor: Deputado Maurício Fruct

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a "Associação de Senhores Rotarianos de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

PARECER

O Presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruct, visa declarar, por autorização do Poder Executivo, de Utilidade Pública, a "Associação de Senhores Rotarianos de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Referida Associação, constitui-se em uma entidade Assistencial, que visa, nos termos de seu Estatuto Social, entre outras atividades, proteger a infância necessitada, cooperar no desenvolvimento dos programas e serviços à comunidade estabelecidos pelos clubes de Rotary e ao mesmo tempo promover a maior aproximação das famílias dos rotarianos de Curitiba.

Sendo uma entidade com fins beneficentes e sem fins lucrativos, consideramos oportuna a iniciativa, e não havendo impedimento de ordem constitucional, legal ou jurídica que se lhe anteponha, opinamos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973

aa) Antônio F. Ferreira da Costa Filho — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

Igo Losse — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Erondy Silvério —

Quilse Crisóstomo da Silva — Ivo Thomazoni

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a satisfação e honra de registrar a presença, em Plenário, do ilustre Sr. Deputado Federal Túlio Vargas.

Sobre a mesa, Sugestão à Comissão de Revisão da Lei Orgânica do I.C.M., de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, alterando a redação do artigo 3.º — A Divisão da Comissões, para os devidos fins

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Angelina Braga Cortezzi. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados João Mansur e Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Irmã Alice Pereira (Irmã Nely) da Congregação de São José. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losse, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do dinâmico jovem Floriano Hernani Pesh. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela criação da Associação Interconfessional de Curitiba, que congrega cristãos, católicos e evangélicos, para difusão do ensino mural religioso. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso da data comemorativa da "Batalha do Riachuelo". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli e outros, constante do Expediente, solicitando voto de confiança e congratulações, pela eleição e posse da Mesa Diretora do Egrégio Tribunal de Justiça. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Ali Bark, pelo seu notável trabalho em prol da assistência social em nosso Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que haja por bem determinar seja procedida coleta de lixo, diariamente, no conjunto residencial "Phoenix". — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 124-72; 149-72 e de Resolução n.ºs 23-73.

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 317-66, 178-72 e 41-73.

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.º 49-73 e de Resolução n.º 41-73. Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Redação

7.ª Legislatura — 3.ª Sessão Legislativa

Ata da 11.ª Reunião Ordinária

Aos cinco dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o reputado Iris Caldart, apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI

N. 289-70 — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Guaiará. PROJETO DE LEI N. 226-71 — de autoria do deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, criar como Fundação de Direito Público, na forma da legislação em vigor, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no município de Francisco Beltrão. PROJETO DE LEI N. 287-71 — de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de Atalaia, uma Escola Normal de grau secundário, para funcionar em 1972. PROJETO DE LEI N. 10-72 — de autoria do deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga os municípios de Bituruna e Pinhão. PROJETO DE LEI N. 161-72 — de autoria do deputado Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública, a Associação Tradicionalista Gralha Azul, com sede e foro nesta capital. PROJETO DE LEI N. 165-72 — de autoria do deputado, digo do Poder Executivo, doar à União Federal o imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com a área de 1.264.329,00m2 (hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e nove metros quadrados). PROJETO DE LEI N. 5-73 — de autoria do deputado Osvaldo Santos Lima e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação do Ministério Público, com sede e foro nesta capital. PROJETO DE LEI N. 15-73 — de autoria do deputado Muggiati Filho, que declara de utilidade Pública, a Associação à Maternidade e à Infância, da cidade de Arapongas. PROJETO DE LEI N. 47-73 — de autoria do deputado Santos Lima, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Ciências Econômicas de Apucarana. PROJETO DE LEI N. 53-73 — de autoria do deputado Erondy Silvério, que assegura na aposentadoria as vantagens do artigo 172, inciso III, da Lei n. 6174, de 16.11.70, ao servidor público estadual ex-integrante da F.E.B. como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 16-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-proposição n.º 17-73, que aprova o acordo n.º 10-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da região Sul — SUDESUL — objetivando a elaboração do plano de desenvolvimento do Noroeste do Paraná. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélio Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho

p. Presidente

Lélio Guimarães Sotomaior

Secretário

PROJETO DE LEI N. 289-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica criada a Escola Normal de Guaiará, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

PROJETO DE LEI N. 226-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, Lei Estadual n.º 4.978, Sistema Estadual de Ensino, de 5 de dezembro de 1964, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.º O Poder Executivo baixará atos necessários à constituição e funcionamento do Estabelecimento de Ensino, criado por esta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

PROJETO DE LEI N. 237-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

PROJETO DE LEI N. 14-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao Município de Pinhão, passando pela localidade de Crisciúma.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

PROJETO DE LEI N. 161-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação Tradicionalista Gralha Azul, com sede e foro na cidade de Curitiba, a rua Itacolomi, n.º 540, Vila Leão no Bairro do Portão.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

LAZARO DUMONT

Relatores

PROJETO DE LEI N. 165-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo, autorizado a doar à União Federal o imóvel constituído por parte do lote de terra rural número 1 (um) da Gleba Cascavel, chácará do Patrimônio Cascavel, da Colônia situada no Município e Comarca de Cascavel, neste Estado, contendo a área de 1.264.329,00 m² (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e nove) metros quadrados aproximadamente, sem benfeitorias e com os limites e confrontações seguintes: A Nordeste por uma linha seca, confrontando com terras do quadro do perímetro urbano da cidade de Cascavel sob n.ºs 163, 164, 165, 166 e 167; A Leste por uma linha seca com a rua Pedro Ilvo que confronta com os lotes de n.ºs 95, 96, 97, 98 e 99 da Gleba Cascavel; A Sudoeste, por uma linha seca, confrontando com uma rua sem denominação que confronta com as terras dos lotes n.ºs 6, 7 e 8 da Gleba Cascavel; A Sudoeste, pela rua n.º 7, que confronta com a reserva do Estado R.B.; A Oeste por uma linha seca, confrontando com a rua n.º 8; A Noroeste por uma linha seca, confrontando com a rua Machado de Assis no trecho que confronta com as quadras n.ºs 4, 3, 2, 1 e 162 A do perímetro urbano da cidade de Cascavel.

Art. 2.º O imóvel referido no artigo anterior, destina-se às instalações de uma Unidade Militar do Ministério do Exército.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.
aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

PROJETO DE LEI N. 05-73

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.
aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

PROJETO DE LEI N. 15-73

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Araçongas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.
aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

PROJETO DE LEI N. 47-73

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 2.º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas da cidade de Apucarana.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.
aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

PROJETO DE LEI N. 53-73

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar ao Servidor Público Estadual, após 2 (dois) anos de efetiva percepção comprovada a sua participação em frente de combate como integrante da Força Expedicionária Brasileira a incorporação aos vencimentos, por ocasião da aposentadoria, da Gratificação prevista no Artigo 172 (cento e setenta e dois), Inciso III (três), da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.
aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 16-73

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o Acordo n.º 10-72, celebrado em 20 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73.
aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
LAZARO DUMONT
Relatores

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

3.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

ATA da 6.ª Sessão Ordinária

Aos seis dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações, sob a presidência do senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados, Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Agnaldo Peri d'Almeida Lima e Antonio Belinati, havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA — PROJETO DE LEI N.º 280-66 — de autoria do senhor deputado Tulio Vargas, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Doutor Camargo a Ivatuba, relator o deputado Antonio Belinati, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será por mim assinada, bem como pelo senhor deputado Presidente.

aa) FRANCISCO BORSARI NETO — Presidente
ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N. 140-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.223 de 18 de abril de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar LUIZ DELAMONICA PEREIRA DE CASTRO ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Comissão de Obras do Plenário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de maio de 1973.
a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N. 141-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.152, de 14 de maio de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a DURVALINA DOS SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, noventa (90) dias de licença em prorrogação, a partir de 15 de maio de 1.973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de maio de 1973
a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N. 142-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.672, de 5 de abril de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário HUMBERTO GRAÇA NETO, ocupante do cargo de nível PL "26", da carreira de Advogado, Grupo Ocupacional de Direito, a prestar serviços no Gabinete do "MDB", junto ao Gabinete do senhor Deputado NELSON BUFFARA, a partir de 5 de abril de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de maio de 1973.
a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N. 153-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo da Comissão de Inquérito Administrativo, criada pela Portaria n.º 464-69 de 05 de novembro de 1969, deste Poder,

RESOLVE:

designar Comissão, constituída dos funcionários estáveis JOSÉ RENATO DUARTE, Assistente Técnico, ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT e ISRAEL DINIZ, Advogados, para sob a presidência do primeiro, elaborarem Relatório conclusivo no procedimento instaurado através da Portaria n.º 464-69.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de maio de 1973
a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N. 154-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.954, de 30 de maio de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar para constituírem Comissão de Sindicância, os funcionários efetivos ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, ISRAEL DINIZ e SERGIO ZACARIAS, para sob a presidência do primeiro, promoverem os trabalhos de apuração das irregularidades atribuídas ao funcionário JOSÉ CARLOS JAN. JÃO, de acordo com a Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de maio de 1973.
a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral

PORTARIA N. 155-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo sob o n.º 4.629, de 22 de maio de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário GERSON EVANGELISTA PASSOS, para prestar serviços ao Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Quíselo Crisostomo da Silva.

a) EROS RUPPEL ABDALA
Diretor Geral